

**METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**  
**CNPJ 85.778.074/0001-06 - NIRE 42300008478**  
**COMPANHIA ABERTA - RIO DO SUL – SC**

**PROPOSTA A SER SUBMETIDA A AGO E AGE EM 18/04/2019**

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes **PROPOSTAS**, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 18 de abril de 2019. Todos os valores são informados em R\$ mil.

**Em AGO:**

1. **Análise, discussão e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018**, enviado à CVM e B3 por meio de sistema eletrônico, no dia 21 de fevereiro de 2019 e publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Jornal Diário do Alto Vale no dia 22 de fevereiro de 2019.
2. **Destinação do resultado do exercício:** a Companhia não apresenta as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM Nº 481/09, pois não distribuirá dividendos em razão do prejuízo acumulado;
3. **Fixação da remuneração global dos Administradores:** a proposta para remuneração dos administradores no ano de 2019, está assim composta:

Diretoria (global)	780.000,00
Conselheiros (global)	1.160.448,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.940.448,00</b>

No ano de 2018, a remuneração ficou assim composta:

Diretoria (global)	780.000,00
Conselheiros (global)	1.160.448,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.940.448,00</b>

4. **Aprovação do Orçamento do Capital para o exercício de 2019:** o plano de investimentos / orçamento do capital para 2019, está assim composto:

<b>(A) Investimentos em imobilizado previstos</b>	<b>7.465</b>
- Maquinas, equipamentos, instalações e dispositivos	6.575
- Edifícios e Dependências	830
- Moveis e Utensílios	60
<b>(B) Intangível</b>	<b>150</b>
- Softwares	150
<b>Total de investimentos previstos (A + B)</b>	<b>7.615</b>
<b>Fonte de recursos</b>	<b>7.615</b>
- Próprios (Capital de Giro)	2.827
- Terceiros (Financiamentos)	4.788

**Em AGE:**

1. **Análise e discussão da proposta de modificação da redação do Parágrafo Primeiro do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia**, possibilitando a Companhia em manter a custódia das ações escriturais em instituição financeira contratada ou realizar diretamente o registro das ações nominativas no livro de Registro de Ações Nominativas, de forma a adequar ao que determina o Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3.
2. **Consolidar a alteração no Estatuto Social visando adequar a deliberação aprovada pela Assembleia em relação ao tópico anterior:** alterações propostas e justificativas conforme anexo II.

Colocamo-nos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas existentes.

Atenciosamente,

**João Stramosk**  
Diretor de RI

## ANEXO I

### METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

#### Formulário de Referência

Conforme Anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)  
Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 480”)

Data base: 31 de dezembro de 2018

#### 10. Comentários dos diretores:

##### 10.1. Comentários sobre:

##### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2018, 2017 e 2016 a Companhia registrou, respectivamente, lucro de R\$ 12.035 Mil, lucro de R\$ 36.738 Mil, prejuízo de R\$ 15.691 Mil. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi, respectivamente, de R\$ 31.854 Mil, R\$ 25.468 Mil e R\$ 17.091 Mil, nos mesmos períodos.

##### b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social.

##### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia pautando seus projetos de crescimento em sua geração de caixa.

##### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os recursos necessários para capital de giro e aplicação em ativos não-circulantes são gerados pela própria atividade operacional, como também, captados em instituições financeiras com as quais a companhia mantém negócios.

##### e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Além das modalidades de créditos mencionadas no item anterior, a Companhia dispõe de outras linhas de crédito ofertadas pelos bancos, dentre elas temos: ACC, ACE, CDC, CCB. A companhia também está exercendo esforços em busca de linhas de financiamento de longo prazo, que

permitam o alongamento geral de seu perfil de endividamento, visando com isto uma melhor condição de caixa.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

<b>Modalidade</b>	<b>Juros mensal</b>	<b>Garantias</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Capital de Giro	0,49%+100% do CDI	Duplicata/Hipoteca	6.084	11.278
ACC	11,09% ao ano	Aval	1.348	1.277
ACE	8,99% ao ano	Aval	1.204	1.080
Conta Garantida	1,3% ao mês	Duplicata	1	679
Empréstimo	0,59% ao mês + TJLP	Hipoteca	-	2.114
Finame/Finep	0,29% ao mês + TJLP	Alienação Fiduciária	-	273
Prodec	2% ao ano		6	3.825
Limite	13,44% ao mês		17	53
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>			<b>8.660</b>	<b>20.579</b>
Circulante			7.687	16.199
Não circulante			973	4.380
<b>Por data de vencimento</b>			<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Em até 6 meses			5.742	13.457
De 6 meses a 1 ano			1.945	2.742
De 1 a 2 anos			973	3.505
De 2 a 3 anos			-	875
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>			<b>8.660</b>	<b>20.579</b>

**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Vide demonstrativo acima.

**iii. grau de subordinação entre as dívidas**

Não se aplica.

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Não há restrições impostas ao emissor.

**g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Não se aplica.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

**Demonstração do Resultado**

No exercício de 2018 a Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou R\$ 145.185 mil, contra R\$ 122.529 mil em 2017, apresentando, portanto, um aumento de 18,49%.

As vendas internas atingiram R\$ 125.214 mil, o que representou 86,24% da ROL, representando um aumento de 20,97% em relação a 2017. As vendas externas totalizaram R\$ 19.971 mil, atingindo 13,76% da ROL, importando num aumento de 5,0%, comparado ao desempenho de 2017.

O resultado líquido da Companhia ficou positivo em R\$ 12.035 mil, representando 8,29% da ROL. Em 2017 a Companhia registrou um lucro de R\$ 36.738 mil, equivalente a 29,98% da ROL.

Como resultado dos efeitos apresentados anteriormente, o EBITDA ficou positiva em R\$ 31.854 mil, com aumento de 25,07% sobre o resultado obtido em 2017. A margem do EBITDA atingiu 21,94%, 1,16 pontos percentuais acima daquela observada do ano anterior. O indicador EBITDA está adequado a instrução CVM 527 de outubro de 2012, inclusive nas bases comparativas. A adequação não originou diferenças significantes no resultado e históricos apresentados.

### **Ativo Circulante**

O ativo circulante apresentou uma redução de 34,28% (R\$ 22.756 mil) em 2018, comparativamente a 2017, destacando-se os impostos a recuperar, que individualmente reduziu em R\$ 29.872 mil. Em contra partida, houve um aumento nas contas a receber de clientes e estoques no valor de R\$ 6.856 mil.

### **Ativo não Circulante**

O ativo não circulante apresentou uma redução de 0,85% (R\$ 1.119 mil), motivado pela baixa de ativos imobilizados registrada no período de 2018.

### **Passivo Circulante**

O passivo circulante teve uma redução de 23,73% (R\$ 35.335 mil) em 2018, em comparação a 2017. Esta redução se deve principalmente a redução dos empréstimos e financiamentos e dos parcelamentos tributários no valor de R\$ 37.045 mil.

### **Passivo não Circulante**

O passivo não circulante apresentou uma redução de 0,46% (R\$ 369 mil), sendo atribuído a redução no valor de empréstimos e financiamentos, por amortização da dívida com instituições financeiras.

### **Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido em 2018, ficou negativo em R\$ 19.918 mil, contra R\$ 31.747 mil em 2017, decorrente do lucro registrado no exercício de 2018.

## **10.2. Comentários sobre:**

### **a. resultados das operações do emissor, em especial:**

**i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

No segmento automotivo, o mercado de montadoras teve uma melhora no desempenho no ano de 2018, registrando um aumento de 27,78%, o mercado de reposição teve um aumento de 10,39% e ainda, as vendas para o mercado ferroviário um aumento de 45,57%.

**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Em 2018 os principais índices de compras de matérias-primas tiveram as seguintes variações e que influenciaram no CPV:

- Energia Elétrica: 9,09%
- Matéria Prima Usinagem: 24,30%
- Matéria Prima Fundição: 38,56%

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Salvo os impactos pela variação cambial das exportações, as receitas não tiveram impacto acentuado por conta das modificações dos preços. O faturamento foi mantido pelos volumes fabricados e vendidos durante o exercício.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

Além dos efeitos mencionados anteriormente, não houve majoração significativa dos insumos dos produtos fabricados.

**10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não se aplica.

**c. eventos ou operações não usuais**

Nada a destacar.

**10.4. Comentários sobre:**

**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas.

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não se aplica.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Nos últimos três exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores, somente ênfases.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2018:

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2018 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 69.912 mil (R\$ 82.491 mil em 31 de dezembro de 2017). A Companhia também apresenta Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) no valor de R\$ 19.918 mil (R\$ 31.747 mil em 31 de dezembro de 2017). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de

insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

#### **. Continuidade Operacional**

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia apresenta um passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 69.912 mil. Acrescido à isso, apresenta patrimônio líquido negativo em R\$ 19.918 mil. Com o objetivo de recuperar sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, elaborou planejamento estratégico para os próximos cinco anos com ações no sistema de gestão produtiva, participação do mercado e readequação das despesas financeiras, em continuidade ao trabalho que já vem sendo desenvolvido ao longo deste exercício.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, ao longo deste exercício (2018), acompanhamos todo trabalho desenvolvido – e ainda em desenvolvimento - para redução dos custos industriais e administrativos com resultados significativos já em 2017 e 2018, bem como, a renegociação de contratos com instituições financeiras e clientes potenciais, realinhamento de preços e novo posicionamento no mercado.

Com base nas evidências obtidas, as ações planejadas pela administração da Companhia estão sendo executadas e o sucesso dessas ações é condição essencial para a sua continuidade operacional.

#### **. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD**

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 7 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2018, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 22.269 mil (R\$ 19.387 mil em 31.12.2017). Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 694 mil (R\$ 914 mil em 31.12.2017). Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos há mais de 30 dias e os a vencer (conceito de perdas incorridas e perdas esperadas) e avalia a situação desses créditos, histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente,

mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### . Estoques – produtos acabados de difícil realização

Conforme a nota explicativa 8 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2018, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 78 mil (R\$ 187 mil em 31.12.2017). Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### . Recuperação de ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, avaliar se existe alguma indicação de que um ativo imobilizado, possa ter os seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Na existência de indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos é requerido. Conforme a nota explicativa 11, os ativos imobilizados que foram sujeitos ao teste de recuperação de seus valores totalizam R\$ 100.750 mil. A Companhia elaborou laudo com projeção de fluxo de caixa descontado e rentabilidade futura efetuado por empresa especializada. Revisões dos valores recuperáveis dos ativos imobilizados são complexas, contém premissas com alto nível de julgamento e se baseiam na avaliação e projeção de rentabilidade futura da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos de auditoria para avaliar as premissas utilizadas pela administração em sua revisão de valor recuperável, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar, avaliar e testar os pressupostos e metodologias utilizados pela administração na preparação das projeções. Avaliamos se a metodologia de avaliação de valor recuperável está de acordo com os requerimentos do CPC 01(R1) e IAS 36, incluindo a adequação da divulgação efetuada na nota explicativa 2.4.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia estão adequadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### . Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos

Conforme descrito nas notas explicativas 15, 16 e 17, a Companhia possui Obrigações sociais e tributárias pendentes de pagamento (vencidos e a vencer), bem como, diversos tributos parcelados junto à Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 136.064 mil. O controle dos valores a pagar e dos parcelamentos foi elaborado com o auxílio de especialistas e o monitoramento e acompanhamento dos saldos é efetuado na área de controladoria.

A avaliação da atualização dos valores a pagar, bem como dos parcelamentos representou um aspecto significativo de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela necessidade de avaliar a integridade das informações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a precisão dos cálculos utilizados para reconhecimento e mensuração dos valores apresentados nas planilhas de atualização. Testamos se os índices de atualização aplicados estão em conformidade com aqueles determinados pela legislação fiscal e pela Receita Federal do Brasil. Obtivemos informações dos especialistas que assessoram a Companhia nos processos tributários. Avaliamos, também, a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação das Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### . Provisões e Passivos contingentes - tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo total de provisão registrado nas demonstrações financeiras totaliza R\$ 15.960 mil, R\$ 23 mil e R\$ 527 mil respectivamente. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil tem grau de complexidade elevado e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativas a processos e/ou em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como dados e informações históricas. Este trabalho incluiu o envolvimento de nossos especialistas jurídicos na avaliação da probabilidade de perda e da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais envolvendo a Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras Individuais estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequadas a estimativa da Companhia para as provisões e passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras.

## **Outros assuntos**

### **. Consolidação programa de recuperação fiscal**

Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia aderiu ao programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação parcial dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **. Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2017:

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB .

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2017 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 82.491 mil (R\$ 123.205 mil em 31 de dezembro de 2016). A Companhia também apresenta Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) no valor de R\$ 31.747 mil (R\$ 68.485 mil em 31 de dezembro de 2016). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### . Continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia apresenta um passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 82.491 mil. Acrescido à isso, apresenta patrimônio líquido negativo em R\$ 31.747 mil. Com o objetivo de recuperar sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, elaborou planejamento estratégico para os próximos cinco anos com ações no sistema de gestão produtiva, participação no mercado e readequação das despesas financeiras, em continuidade ao trabalho que já vem sendo desenvolvido ao longo deste exercício.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, ao longo deste exercício (2017), acompanhamos todo trabalho desenvolvido – e ainda em desenvolvimento - para redução dos custos industriais e administrativos com resultados significativos já em 2016 e 2017, bem como, a renegociação de contratos com instituições financeiras e clientes potenciais, realinhamento de preços e novo posicionamento no mercado.

Com base nas evidências obtidas, as ações planejadas pela administração da Companhia estão sendo executadas e o sucesso dessas ações é condição essencial para a sua continuidade operacional.

### . Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 6 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2017, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 19.387 mil (R\$ 17.570 mil em 31.12.2016). Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 914 mil (R\$ 1.219 mil em 31.12.2016). Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos há mais de 30 dias e avalia a situação desses créditos, se realmente em atraso, histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### . Estoques – produtos acabados de difícil realização

Conforme a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2017, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 187 mil (R\$ 940 mil em 31.12.2016). Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### . Recuperação de ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, avaliar se existe alguma indicação de que um ativo imobilizado possa ter os seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Na existência de indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos é requerido. Conforme a nota explicativa 10, os ativos imobilizados que foram sujeitos ao teste de recuperação de seus valores totalizam R\$ 102.079 mil. A Companhia elaborou laudo com projeção de fluxo de caixa descontado e rentabilidade futura efetuado por empresa especializada. Revisões dos valores recuperáveis dos ativos imobilizados são complexas, contém premissas com alto nível de julgamento e se baseiam na avaliação e projeção de rentabilidade futura da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos de auditoria para avaliar as premissas utilizadas pela administração em sua revisão de valor recuperável, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar, avaliar e testar os pressupostos e metodologias utilizados pela administração na preparação das projeções. Avaliamos se a metodologia de

avaliação de valor recuperável está de acordo com os requerimentos do CPC 01(R1) e IAS 36, incluindo a adequação da divulgação efetuada na nota explicativa 2.4.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia estão adequadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### . Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos

Conforme descrito nas notas explicativas 14, 15 e 16, a Companhia possui Obrigações sociais e tributárias pendentes de pagamento, bem como, diversos tributos parcelados junto a Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 167.968 mil. O controle dos valores a pagar e dos parcelamentos foi elaborado com o auxílio de especialistas e o monitoramento e acompanhamento dos saldos é efetuado na área de controladoria.

A avaliação da atualização dos valores a pagar, bem como dos parcelamentos representou um aspecto significativo de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela necessidade de avaliar a integridade das informações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a precisão dos cálculos utilizados para reconhecimento e mensuração dos valores apresentados nas planilhas de atualização. Testamos se os índices de atualização aplicados estão em conformidade com aqueles determinados pela legislação fiscal e pela Receita Federal do Brasil. Obtivemos informações dos especialistas que assessoram a Companhia nos processos tributários. Avaliamos, também, a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação das Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

### **Outros assuntos**

#### . Consolidação programa de recuperação fiscal

Conforme descrito na nota explicativa 16, a Companhia aderiu ao programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação parcial dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### . Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de

nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais

assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2016:

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB .

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2016 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 123.205 mil (R\$ 105.139 mil em 31 de dezembro de 2015). A Companhia também apresenta Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) no valor de R\$ 68.485 mil (R\$ 52.794 mil em 31 de dezembro de 2015). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### **Continuidade operacional**

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia apresenta um passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 123.205 mil. Acrescido à isso, apresenta patrimônio líquido negativo em R\$ 68.485 mil. Com o objetivo de recuperar sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, elaborou planejamento estratégico para os próximos cinco anos com ações no sistema de gestão produtiva, participação do mercado e readequação das despesas financeiras, em continuidade ao trabalho que já vem sendo desenvolvido ao longo deste exercício.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, ao longo deste exercício (2016), acompanhamos todo trabalho desenvolvido – e ainda em desenvolvimento - para redução dos custos industriais e administrativos com resultados significativos já em 2016, bem como, a renegociação de contratos com instituições financeiras e clientes potenciais, realinhamento de preços e novo posicionamento no mercado.

Com base nas evidências obtidas, as ações planejadas pela administração da Companhia estão sendo executadas e o sucesso dessas ações é condição essencial para a sua continuidade operacional.

### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD**

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 6 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2016, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 17.570 mil (R\$ 19.508 mil em 31.12.2015). Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 1.219 mil (R\$ 1.657 mil em 31.12.2015). Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos há mais de 30 dias e avalia a situação desses créditos, se realmente em atraso, histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### Estoques – produtos acabados de difícil realização

Conforme a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2016, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 940 mil (R\$ 917 mil em 31.12.2015). Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### Recuperação de ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, avaliar se existe alguma indicação de que um ativo imobilizado, possam ter os seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Na existência de indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos é requerido. Conforme a nota explicativa 10, os ativos imobilizados que foram sujeitos ao teste de recuperação de seus valores totalizam R\$ 106.681 mil. A Companhia elaborou laudo com projeção de fluxo de caixa descontado e rentabilidade futura efetuado por empresa especializada. Revisões dos valores recuperáveis dos ativos imobilizados são complexas, contém premissas com alto nível de julgamento e se baseiam na avaliação e projeção de rentabilidade futura da Companhia.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos de auditoria para avaliar as premissas utilizadas pela administração em sua revisão de valor recuperável, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar, avaliar e testar os pressupostos e metodologias utilizados pela administração na preparação das projeções. Avaliamos se a metodologia de

avaliação de valor recuperável está de acordo com os requerimentos do CPC 01(R1) e IAS 36, incluindo a adequação da divulgação efetuada na nota explicativa 2.4.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia estão adequadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos

Conforme descrito nas notas explicativas 14, 15 e 16, a Companhia possui Obrigações sociais e tributárias pendentes de pagamento, bem como, diversos tributos parcelados junto a Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 171.121 mil. O controle dos valores a pagar e dos parcelamentos foi elaborado com o auxílio de especialistas e o monitoramento e acompanhamento dos saldos é efetuado na área de controladoria.

A avaliação da atualização dos valores a pagar, bem como dos parcelamentos representou um aspecto significativo de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela necessidade de avaliar a integridade das informações.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a precisão dos cálculos utilizados para reconhecimento e mensuração dos valores apresentados nas planilhas de atualização. Testamos se os índices de atualização aplicados estão em conformidade com aqueles determinados pela legislação fiscal e pela Receita Federal do Brasil. Obtivemos informações dos especialistas que assessoram a Companhia nos processos tributários. Avaliamos, também, a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação das Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

### **Outros assuntos**

#### Consolidação programa de recuperação fiscal

Conforme descrito na nota explicativa 16, a Companhia aderiu ao programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação parcial dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de

nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

## **1. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

## 1.1 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

## 1.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

### Ativos financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

#### Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

#### Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

##### a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

##### b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### **1.3 Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

### **1.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e

outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

### **1.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### **1.6 Clientes**

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

### **1.7 Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

### **1.8 Propriedades para investimento**

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

## 1.9 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

<b>Grupo patrimonial</b>	<b>Prazo</b>
Edifícios e dependências	35 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## 1.10 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

### a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

### b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 6,67% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

## 1.11 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

## 1.12 Empréstimos e financiamentos

### Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

## 1.13 Provisões

### Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### Provisões para litígios (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **1.14 Reconhecimento da receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

##### Venda de produtos e serviços

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos pelo curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece receita quando:

- i) Ocorrer à transferência para o comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- iii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- iv) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com as vendas tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especializações de cada venda.

#### **1.15 Impostos**

##### Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

##### Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

<b>Impostos</b>	<b>Alíquota</b>
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	4%, 7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de integração social	1,65%
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	7,6%
CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	2,5%

#### **1.16 Lucro (prejuízo) por ação**

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

## **2. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2018. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor de mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,
- c) Constituição de provisão para perdas nos estoques.

**10.6. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não se aplica.

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não se aplica.

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iv. contratos de construção não terminada**

Não se aplica.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica.

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

**10.8. Principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os investimentos previstos para o ano de 2019 destinam-se essencialmente a adequação aquisição de novas máquinas, equipamentos, adequação de instalações industriais e dispositivos de produção. Os valores previstos correspondem a aproximadamente R\$ 7.615 mil.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Os investimentos previstos para 2019 serão realizados principalmente com recursos de terceiros sendo financiamentos com instituições financeira e também direto com o fornecedor e também com recursos próprios provenientes de capital de giro.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não tem previsão de desinvestimentos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há nenhum fato a comentar.

**c. novos produtos e serviços, indicando:**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Estas divulgações são feitas anualmente nas convenções de vendas que a Companhia realiza internamente, abrangendo os novos produtos que serão

disponibilizados para o mercado no transcorrer de cada exercício social, os quais não são divulgadas de forma antecipada para o mercado.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Em 2018 foram investidos R\$ 2.100 mil em P&D.

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

A Companhia adota como política não divulgar de forma antecipada os projetos e produtos que estão em processo de desenvolvimento.

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os investimentos aplicados em desenvolvimento de novos produtos, em 2018, totalizaram R\$ 593 mil.

**10.9. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não existem outros fatores com influências relevantes.

**13. Remuneração dos administradores**

**13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal e dos comitês**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é fixada pela Assembleia Geral.

**a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

**Conselho de Administração**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração corresponde a contraprestação pelo relevante papel exercido na gestão da Companhia.

**Diretoria Estatutária**

A remuneração da Diretoria estatutária objetiva contratar e garantir a permanência dos profissionais altamente qualificados na administração da Companhia. A remuneração é composta de pró-labore. O reajuste da remuneração é de acordo com o dissídio aprovado na convenção coletiva de trabalho da categoria.

**Diretoria não Estatutária**

No que tange a remuneração da Diretoria não estatutária, acompanha as práticas de mercado, identificadas através de pesquisas que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma boa remuneração aos diretores. A remuneração é reajustada de acordo com o dissídio aprovado na convenção coletiva de trabalho da categoria.

**b. composição da remuneração, indicando:**

**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

**Conselho de Administração / Diretoria Estatutária / Diretoria não Estatutária**

Salários e pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por finalidade oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;

**ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

A remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total.

**iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é reajustada e definida pela Assembleia. A Assembleia de acionistas não definiu metodologias de cálculo e de reajuste para cada elemento da remuneração que decidir fixar. O reajuste da remuneração fixa da diretoria não estatutária é feita anualmente, de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia.

**iv. razões que justificam a composição da remuneração**

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua experiência, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

**v. existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato**

Não existem membros não remunerados pela Companhia.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A remuneração é composta somente por parte fixa, portanto, não se aplica indicadores de desempenho.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

O alinhamento se dá na medida em que a remuneração, seguindo os parâmetros de mercado, estimula a manutenção dos melhores talentos, mantém-se compatível com as responsabilidades atribuídas a cada gestor, e estimula a produção de resultados e o alcance de objetivos empresariais conforme o plano estratégico da Companhia.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

**h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Os Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária participam do processo decisório

**ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

A Assembleia não definiu metodologias de cálculo da remuneração que decidir fixar. O cálculo da remuneração fixa da diretoria e do conselho de administração é feita anualmente levando em conta a situação financeira da Companhia.

**iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

A avaliação da adequação da política de remuneração é avaliada anualmente.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Descrição	Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de Membros	2018	5	1	6
Salário ou Pró-labore	2018	1.160.448,00	780.000,00	1.940.448,00
<b>Total da Remuneração</b>	<b>2018</b>	<b>1.160.448,00</b>	<b>780.000,00</b>	<b>1.940.448,00</b>
Nº de Membros	2017	3	1	4
Salário ou Pró-labore	2017	740.448,00	640.000,00	1.839.087,00
<b>Total da Remuneração</b>	<b>2017</b>	<b>740.448,00</b>	<b>640.000,00</b>	<b>1.839.087,00</b>
Nº de Membros	2016	3	1	4
Salário ou Pró-labore	2016	976.657,00	862.430,00	1.839.087,00
<b>Total da Remuneração</b>	<b>2016</b>	<b>976.657,00</b>	<b>862.430,00</b>	<b>1.839.087,00</b>

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Não há remuneração variável para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia.

- a. **órgão:** Conselho de Administração e Diretoria Estatutária
- b. **número de membros:** 06 (Seis)
- c. **número de membros remunerados:** 06 (Seis)
- d. **em relação ao bônus:** Não Aplicável
  - i. **valor mínimo previsto no plano de remuneração:** Não Aplicável
  - ii. **valor máximo previsto no plano de remuneração:** Não Aplicável
  - iii. **valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas:** Não Aplicável
  - iv. **valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:** Não Aplicável
- e. **em relação à participação no resultado:**
  - i. **valor mínimo previsto no plano de remuneração:** Não Aplicável
  - ii. **valor máximo previsto no plano de remuneração:** Não Aplicável

- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas: Não Aplicável
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais: Não Aplicável

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**13.5. Em relação à remuneração baseado em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações reconhecida no resultado.

**13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:**

A Companhia não possui opções em aberto.

**13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:**

A Companhia não possui opções exercidas e ações entregues.

**13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:**

Não se aplica.

**13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2018.**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Nome do Acionista	Nº de ações Ordinárias	% Ordin.	Nº de ações Preferenciais	% Pref.	Nº de ações Totais	% Total
JOAO STRAMOSK	308.700	90	83.333	34,72	392.033	67,24
EUGENIO CESAR STRAMOSK	6.860	2	-	-	6.860	1,18
CARLOS HENRIQUE STRAMOSK	6.860	2	-	-	6.860	1,18

JOSE EDUARDO STRAMOSK	6.860	2	-	-	6.860	1,18
JOAO STRAMOSK FILHO	6.860	2	-	-	6.860	1,18
<b>TOTAL</b>	<b>336.140</b>	<b>98</b>	<b>83.333</b>	<b>35</b>	<b>419.473</b>	<b>72</b>

DIRETORIA ESTATUTÁRIA						
Nome do Acionista	Nº de ações Ordinárias	% Ordin.	Nº de ações Preferenciais	% Pref.	Nº de ações Totais	% Total
LUIS ANTONIO STRAMOSK	6.860	2	-	-	6.860	1,18
<b>TOTAL</b>	<b>6.860</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6.860</b>	<b>1</b>

**13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:**

Não se aplica.

**13.11. Valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, conforme tabela abaixo:**

Valores anuais

Descrição	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de Membros	5	3	3	1	1	1
Nº de Membros Remunerados	5	3	3	1	1	1
Valor da maior remuneração	1.020.000,00	600.000,00	745.209,00	780.000,00	640.000,00	862.430,00
Valor da menor remuneração	70.224,00	70.224,00	91.224,00	780.000,00	640.000,00	862.430,00
Valor médio da remuneração	232.089,60	246.816,00	325.552,33	780.000,00	640.000,00	862.430,00

**13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, e consequências financeiras para o emissor**

Não há apólices de seguro contratadas que estruturam instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

	2018	2017	2016
Conselho de Administração	43,62%	53,64%	53,11%
Diretoria Estatutária	56,38%	46,36%	46,89%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**13.14. Indicação dos valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Nenhum membro do Conselho da Administração e da Diretoria Estatutária recebeu da companhia remuneração por quaisquer serviços, razão que não a função que ocupam.

**13.15. Indicação dos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

Não se aplica a Companhia.

**13.16. Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes adicionais àquelas já mencionadas

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**  
Rio do Sul - SC

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2018 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 69.912 mil (R\$ 82.491 mil em 31 de dezembro de 2017). A Companhia também apresenta Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) no valor de R\$ 19.918 mil (R\$ 31.747 mil em 31 de dezembro de 2017). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

#### . Continuidade Operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia apresenta um passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 69.912 mil. Acrescido à isso, apresenta patrimônio líquido negativo em R\$ 19.918 mil. Com o objetivo de recuperar sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, elaborou planejamento estratégico para os próximos cinco anos com ações no sistema de gestão produtiva, participação do mercado e readequação das despesas financeiras, em continuidade ao trabalho que já vem sendo desenvolvido ao longo deste exercício.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, ao longo deste exercício (2018), acompanhamos todo trabalho desenvolvido – e ainda em desenvolvimento - para redução dos custos industriais e administrativos com resultados significativos já em 2017 e 2018, bem como, a renegociação de contratos com instituições financeiras e clientes potenciais, realinhamento de preços e novo posicionamento no mercado.

Com base nas evidências obtidas, as ações planejadas pela administração da Companhia estão sendo executadas e o sucesso dessas ações é condição essencial para a sua continuidade operacional.

#### . Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 7 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2018, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 22.269 mil (R\$ 19.387 mil em 31.12.2017). Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 694 mil (R\$ 914 mil em 31.12.2017). Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos há mais de 30 dias e os a vencer (conceito de perdas incorridas e perdas esperadas) e avalia a situação desses créditos, histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### . Estoques – produtos acabados de difícil realização

Conforme a nota explicativa 8 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2018, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 78 mil (R\$ 187 mil em 31.12.2017). Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### . Recuperação de ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, avaliar se existe alguma indicação de que um ativo imobilizado, possa ter os seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Na existência de indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos é requerido. Conforme a nota explicativa 11, os ativos imobilizados que foram sujeitos ao teste de recuperação de seus valores totalizam R\$ 100.750 mil. A Companhia elaborou laudo com projeção de fluxo de caixa descontado e rentabilidade futura efetuado por empresa especializada. Revisões dos valores recuperáveis dos ativos imobilizados são complexas, contém premissas com alto nível de julgamento e se baseiam na avaliação e projeção de rentabilidade futura da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos de auditoria para avaliar as premissas utilizadas pela administração em sua revisão de valor recuperável, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar, avaliar e testar os pressupostos e metodologias utilizados pela administração na preparação das projeções. Avaliamos se a metodologia de avaliação de valor recuperável está de acordo com os requerimentos do CPC 01(R1) e IAS 36, incluindo a adequação da divulgação efetuada na nota explicativa 2.4.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia estão adequadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### . Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos

Conforme descrito nas notas explicativas 15, 16 e 17, a Companhia possui Obrigações sociais e tributárias pendentes de pagamento (vencidos e a vencer), bem como, diversos tributos parcelados junto à Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 136.064 mil. O controle dos valores a pagar e dos parcelamentos foi elaborado com o auxílio de especialistas e o monitoramento e acompanhamento dos saldos é efetuado na área de controladoria.

A avaliação da atualização dos valores a pagar, bem como dos parcelamentos representou um aspecto significativo de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela necessidade de avaliar a integridade das informações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a precisão dos cálculos utilizados para reconhecimento e mensuração dos valores apresentados nas planilhas de atualização. Testamos se os índices de atualização aplicados estão em conformidade com aqueles determinados pela legislação fiscal e pela Receita Federal do Brasil. Obtivemos informações dos especialistas que assessoram a Companhia nos processos tributários. Avaliamos, também, a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação das Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Provisões e Passivos contingentes - tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo total de provisão registrado nas demonstrações financeiras totaliza R\$ 15.960 mil, R\$ 23 mil e R\$ 527 mil respectivamente. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil tem grau de complexidade elevado e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativas a processos e/ou em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como dados e informações históricas. Este trabalho incluiu o envolvimento de nossos especialistas jurídicos na avaliação da probabilidade de perda e da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais envolvendo a Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras Individuais estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequadas a estimativa da Companhia para as provisões e passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras.

## **Outros assuntos**

. Consolidação programa de recuperação fiscal

Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia aderiu ao programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação parcial dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

. Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville (SC), 25 de janeiro de 2019.

**ALFREDO HIRATA**

Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP



**MARTINELLI AUDITORES**  
CRC (SC) nº 001.132/O-9

## ANEXO II

Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019		
Redação Atual	Redação Proposta	Justificativa
<b>CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO.</b>		
Artigo 1º - A Metalúrgica Riosulense S.A. é uma Sociedade Anônima de capital aberto, que se regerá por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis podendo adotar outro tipo jurídico.		Mantido sem alteração
Artigo 2º - A Sociedade tem sua sede e foro na Rua Emílio Adami, nº 700 - Bairro Barra do Trombudo – Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, podendo, por ato do Conselho de Administração, criar e extinguir filiais, agências e escritórios, no país e no exterior.		Mantido sem alteração
Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto: a) fundição de metais ferrosos e não ferrosos; b) fabricação de máquinas e equipamentos; c) fabricação de peças e componentes para máquinas e equipamentos; d) fabricação de peças e acessórios para veículos automotores, motores estacionários, motores marítimos e correlatos; e) fabricação de modelos de madeira para fundição e artefatos especiais de madeira para a indústria; f) a comercialização de seus produtos; g) a comercialização e a representação de produtos de fabricação ou revenda de terceiros; h) a exportação de produtos de sua fabricação, bem como da de terceiros; i) a importação de matérias primas e auxiliares, e maquinaria e equipamentos necessários aos seus fins; j) a participação no capital de outras empresas, como sócia quotista ou acionista, mesmo que de outros setores econômicos, mediante aplicação de recursos próprios ou de incentivos fiscais; e k) fundição de ligas especiais para uso na indústria automobilística.		Mantido sem alteração
Artigo 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.		Mantido sem alteração

**Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019**

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
<b>CAPITULO II - DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES</b>		
Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 9.213.613,58 (nove milhões duzentos e treze mil seiscentos e treze reais e cinquenta e oito centavos) dividido em 583.000 (quinhentos e oitenta e três mil) de ações escriturais, sem valor nominal, sendo 343.000 (trezentos e quarenta e três mil) de ações ordinárias e 240.000 (duzentos e quarenta mil) de ações preferenciais.		Mantido sem alteração
Parágrafo Primeiro - As ações serão escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, designada pela Diretoria, sem emissão de certificados, obedecendo às disposições dos artigos 34 e 35 da lei 6404/76 e às demais prescrições legais e regulamentares.	Parágrafo Primeiro - As ações serão escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, designada pela Diretoria, sem emissão de certificados, sendo autorizado à Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, e na ocorrência de qualquer evento que inviabilize a manutenção de um agente escriturador, manter a escrituração de suas ações diretamente no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, obedecendo às disposições dos artigos 31, 34, 35, 100 e seguintes da Lei 6.404/76 e às demais prescrições legais e regulamentares.	Alterado em alinhamento com a recomendação da B3
Parágrafo Segundo - A instituição depositária das ações pode cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações, observado os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.		Mantido sem alteração
Parágrafo Terceiro - A Companhia pode, mediante comunicação às Bolsas de Valores em que suas ações forem negociadas e publicação de anúncio, suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, quinze dias, nem o total de noventa dias durante o ano, os serviços de transferência de ações, não prejudicando o registro da transferência das ações negociadas em Bolsa anteriormente ao início do período de suspensão.		Mantido sem alteração
Parágrafo Quarto - Cada ação ordinária terá direito a 1(um) voto nas deliberações da Assembléia Geral.		Mantido sem alteração

**Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019**

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
Parágrafo Quinto - Não será permitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e as ações preferenciais serão inconversíveis em ações ordinárias, salvo na hipótese de quebra de proporção prevista no parágrafo 2º (segundo) do artigo quinze da Lei 6.404/76, quando da conversão de debêntures em ações preferenciais.		Mantido sem alteração
Parágrafo Sexto - A Sociedade poderá a qualquer tempo instituir outras classes de ações preferenciais, declarando-se as vantagens e preferências atribuídas a cada classe, bem como as restrições a que ficarão sujeitas, ou emitir ações preferenciais do mesmo tipo das já existentes num montante de até dois terços do total das ações emitidas, sem guardar proporção com as demais.		Mantido sem alteração
Parágrafo Sétimo - As ações preferenciais não terão o direito a voto e gozarão das seguintes vantagens: a) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária. b) Participação em igualdade de condições, com as demais ações, ressalvado o disposto no item "a", na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes de Reservas de Capital, de Reavaliação de Ativos, de Capitalização de Reservas de Lucro ou das utilizações de quaisquer fundos. c) Prioridade no reembolso do capital sem prêmio, em caso de encerramento das atividades da Sociedade. d) Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, pelas mesmas condições desta alienação.		Mantido sem alteração
Parágrafo Oitavo - As ações preferenciais adquirirão direito de voto na hipótese de não pagamento de dividendos por três exercícios consecutivos, condição esta que perdurará enquanto não forem pagos dividendos.		Mantido sem alteração
Parágrafo Nono - Por deliberação do Conselho de Administração poderá a Sociedade adquirir ações de sua emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento, nos termos e condições previstas em lei.		Mantido sem alteração

### Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
Artigo 6º - Os acionistas terão preferência para subscrição de ações no caso de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.		Mantido sem alteração
Parágrafo Primeiro - A subscrição de novas ações para aumento do capital, processar-se-á nos termos, condições e preços estipulados pela Assembléia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração.		Mantido sem alteração
Parágrafo Segundo - Os aumentos de capital da Companhia poderão compreender ações ordinárias ou preferenciais, ou somente de um tipo, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se quanto às preferenciais, o limite máximo previsto em Lei.		Mantido sem alteração
Artigo 7º - A transferência de ações se opera de conformidade com a Lei.		Mantido sem alteração
<b>CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO</b>		
Artigo 8º - A Administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração, com função deliberativa, e por uma Diretoria com função executiva.		Mantido sem alteração
Parágrafo Primeiro - A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral, podendo ser votada individual ou globalmente, cabendo ao Conselho de Administração, neste último caso, deliberar sobre sua distribuição.		Mantido sem alteração
Parágrafo Segundo - A investidura dos Conselheiros e Diretores dar-se-á mediante a assinatura de termo lavrado no livro próprio.		Mantido sem alteração
Parágrafo Terceiro - Não serão exigidas garantias para o exercício dos cargos de Conselheiro ou Diretor da Companhia.		Mantido sem alteração
<b>SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
Artigo 9º - O Conselho de Administração será constituído no mínimo de 03 (três) e no máximo de 06 (seis) membros, eleitos pela Assembléia Geral, que também poderá destituí-los a qualquer tempo, entre os Acionistas residentes no país, com mandato de até 03 (três) anos, podendo ser reeleitos.		Mantido sem alteração

**Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019**

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
Parágrafo Primeiro – Nos casos previstos em lei, além dos Conselheiros, serão eleitos seus respectivos suplentes.		Mantido sem alteração
Parágrafo Segundo - Em caso de vaga ou impedimento de cargo do Conselho de Administração, os remanescentes indicarão um substituto para ocupá-lo até a primeira Assembléia Geral que se seguir, mas, se o número de conselheiros ficar reduzido a menos de 03 (três), deverá ser convocada Assembléia Geral Extraordinária para o preenchimento dos cargos vagos.		Mantido sem alteração
Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho de Administração elegerão o Presidente e o Vice Presidente do Conselho, cabendo a este substituir aquele em seus impedimentos ou eventual ausência, bem como em caso de vacância permanente do cargo até que a Assembléia Geral decida quanto ao seu preenchimento.		Mantido sem alteração
Parágrafo Quarto - A substituição prevista no parágrafo anterior será efetivada mediante a lavratura de ata, na forma do disposto no parágrafo quinto.		Mantido sem alteração
Parágrafo Quinto - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, por convocação do seu Presidente, e na sua ausência ou impedimento, pelo seu Vice-Presidente, que comunicará aos demais membros a realização das reuniões com uma antecedência mínima de três dias, através de carta, fax ou e-mail.		Mantido sem alteração
Parágrafo Sexto - Para a instalação e funcionamento do Conselho de Administração será necessária a presença da maioria de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos conselheiros presentes, cabendo em caso de empate, ao Presidente ou seu substituto o voto adicional de qualidade. Das reuniões será lavrada ata, pelo Conselheiro indicado pelo presidente.		Mantido sem alteração

**Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019**

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
<p>Artigo 10 - Compete ao Conselho de Administração:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) exercer a orientação geral e o controle dos negócios da Companhia, fixando suas diretrizes;</li><li>b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;</li><li>c) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;</li><li>d) convocar a Assembléia Geral Ordinária e a Extraordinária, esta quando julgar conveniente;</li><li>e) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria;</li><li>f) autorizar a aquisição ou venda, a oneração e a alienação ou venda de bens imóveis da sociedade;</li><li>g) escolher e destituir os auditores independentes;</li><li>h) examinar e aprovar o programa anual das atividades sociais com os respectivos orçamentos;</li><li>i) examinar e aprovar mensalmente os balancetes e balanços;</li><li>j) examinar propostas, planos, projetos e estudos apresentados pela Diretoria;</li><li>l) zelar pela fiel execução de suas deliberações, inclusive mediante auditoria externa;</li><li>m) deliberar sobre a criação e extinção de filiais agências e escritórios;</li><li>n) deliberar sobre a compra e venda de ações da própria empresa, obedecendo sempre o que prescreve a lei pertinente.</li><li>o) autorizar a aquisição de ações da Sociedade, para efeito de permanência em tesouraria, para posterior alienação ou cancelamento;</li><li>p) submeter à Assembléia Geral a distribuição do Lucro Líquido do exercício nos termos dos Artigos 28 e 29 deste estatuto;</li><li>q) distribuir entre os membros do Conselho de Administração e Diretoria a remuneração global fixada na Assembléia Geral;</li><li>r) resolver os casos não previstos neste Estatuto Social e que por lei não sejam de competência da Assembléia Geral nem do Conselho Fiscal, quando em funcionamento.</li></ul>		Mantido sem alteração

**Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019**

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
Artigo 11 - Competirá ao Presidente do Conselho de Administração: a) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; b) Presidir as Assembléias Gerais da Sociedade.		Mantido sem alteração
<b>SEÇÃO II - DA DIRETORIA</b>		
Artigo 12 - A Diretoria será constituída de até 05 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos para um prazo de gestão de até 03 (três) anos, admitida a reeleição, pelo Conselho de Administração, que também poderá destituí-los a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Superintendente, um Diretor Industrial, um Diretor Administrativo e Financeiro e um Diretor Comercial.		Mantido sem alteração
Parágrafo Primeiro - Até um terço dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito Diretor.		Mantido sem alteração
Parágrafo Segundo - Os Diretores serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura de Termo de Posse no Livro de Atas de Reunião de Diretoria.		Mantido sem alteração
Parágrafo Terceiro - Em caso de vaga ou impedimento no cargo de algum Diretor, observado o artigo 15, o Conselho de Administração poderá indicar um substituto, o que será obrigatório se o número de Diretores ficar reduzido a menos de 2 (dois). Os substitutos completarão os mandatos dos substituídos.		Mantido sem alteração
Artigo 13 - Compete aos Diretores gerir e administrar a Sociedade com todos os poderes que a lei confere, a fim de garantir o seu funcionamento normal devendo empregar no exercício de suas funções, tanto no interesse da Sociedade, como no do bem público, a diligência que todo homem probo e ativo costuma empregar na administração de seus próprios negócios.		Mantido sem alteração

**Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019**

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
<p>Parágrafo Primeiro - Compete ao Diretor Presidente, o que fará sempre em conjunto com um dos demais Diretores, praticar todos os atos e assinar documentos aos mesmos inerentes:</p> <p>a) - de compra e venda de imóveis da Sociedade;</p> <p>b) - de onerar bens sociais, podendo constituir hipoteca ou penhor de quaisquer bens imóveis e móveis;</p> <p>c) - de nomear procuradores, por prazo determinado, em nome da Sociedade, com os poderes "ad negotia" a serem especificados no instrumento de mandato, podendo os mandatos "ad judicia" ser outorgados por prazo indeterminado, com poderes específicos;</p> <p>d) aceitar propostas, aprovar orçamentos, contratos e escrituras, públicas ou particulares, inclusive de retificação ou ratificação dos contratos celebrados, elevação de crédito, reforço, substituição ou remoção de garantias, estipulando cláusulas e condições, inclusive de solidariedade e de compromisso de depositário e de renúncia de foro, bem como descrever os bens oferecidos para a segurança dos contratos e os imóveis onde estes se encontrem ou devam ser mantidos e utilizar os créditos abertos na forma em que foi ajustada.</p>		Mantido sem alteração
<p>Parágrafo Segundo - É da competência dos Diretores, em conjunto de 2 (dois) indistintamente, receber e passar recibos, emitir e endossar cheques; assinar e avalizar contratos de empréstimos e financiamentos, com ou sem garantia real, destinados á obtenção de Capital de Giro Social junto a estabelecimentos de crédito; emitir, endossar e avalizar notas promissórias; sacar, aceitar, endossar e avalizar letras de câmbio; emitir, reconhecer, endossar e avalizar duplicatas; emitir e avalizar contratos de câmbio; emitir cédulas de crédito bancário, termo de constituição de garantias;</p>		Mantido sem alteração

**Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019**

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
<p>Parágrafo Terceiro - Compete ainda ao Diretor Presidente, o que fará sempre em conjunto com outro Diretor, representar a Sociedade junto ao Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, BESC - Banco do Estado de Santa Catarina S/A., Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, e, junto a todo e qualquer estabelecimento de crédito do país ou do Exterior, podendo, quando o contrato prever, oferecer garantias, contratar operações de crédito, com garantias hipotecárias, pignoratícias, fidejussórias ou alienação fiduciária, assinando cédulas, contratos e outros instrumentos, públicos ou particulares, necessários à efetivação de quaisquer transações sempre de interesse da empresa, assumindo, em decorrência, em nome da Sociedade, todas as obrigações do contrato firmado.</p>		Mantido sem alteração
<p>Artigo 14 - Compete aos Diretores isoladamente representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, por si ou mandatário que for constituído, inclusive nos casos de recebimento de citações, intimações ou notificações judiciais, ou extra judiciais e na prestação de depoimento pessoal, podendo, para tanto, a Sociedade constituir mandatários ou prepostos.</p>		Mantido sem alteração
<p>Artigo 15 - Compete ao Diretor Superintendente e na ausência ou impedimento deste, ao Diretor Administrativo e Financeiro, substituir o Diretor Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários.</p>		Mantido sem alteração
<p>Artigo 16 - Nenhum Diretor ou procurador isolada ou conjuntamente, é competente para prestar fianças, cauções, avais ou endossos de favor, em negócios alheios ou estranhos à Sociedade, bem como, utilizar o nome da mesma em transações alheias ao objetivo social. Não se incluem nesta proibição os atos que forem praticados em benefício ou a favor da própria Sociedade, suas associadas, coligadas ou controladas.</p>		Mantido sem alteração

**Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019**

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
Artigo 17 - A Diretoria reunir-se-á sempre que os negócios da Sociedade o exigirem, convocadas pelo Diretor Presidente ou pelo seu substituto legal, lavrando-se ata das deliberações tomadas, em livro próprio.		Mantido sem alteração
<b>CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL</b>		
Artigo 18 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto no mínimo de três e no máximo de cinco membros efetivos, e igual número de suplentes acionistas ou não eleitos pela Assembléia Geral.		Mantido sem alteração
Artigo 19 - O Conselho Fiscal não terá caráter permanente e será instalado pela Assembléia Geral a pedido de acionistas, de acordo com o previsto pela Lei.		Mantido sem alteração
Artigo 20 - A eleição, instalação, competência, e responsabilidades do Conselho Fiscal são os fixados na lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros.		Mantido sem alteração
Artigo 21 - A remuneração do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembléia Geral que o eleger, respeitados os limites estabelecidos em lei.		Mantido sem alteração
<b>CAPÍTULO V - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS</b>		
Artigo 22 - A Assembléia Geral, órgão supremo da Sociedade, é constituída por acionistas que comprovem essa qualidade, em conformidade com os artigos 25 e 26 do presente Estatuto Social.		Mantido sem alteração
Parágrafo Único - Ficarão suspensas as transferências de ações e o desdobramento de títulos múltiplos, no decurso dos 10 (dez) dias que antecederem a realização de quaisquer Assembléias Gerais.		Mantido sem alteração
Artigo 23 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente na sede da Sociedade, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem e será convocada pelo Conselho de Administração ou pelas demais formas previstas na lei.		Mantido sem alteração

### Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019

Redação Atual	Redação Proposta	Justificativa
Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral Ordinária e a Assembléia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, instrumentadas em ata única.		Mantido sem alteração
Parágrafo Segundo - A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariada por acionista escolhido entre os presentes. No caso de empate o Presidente da Assembléia Geral terá, além do seu voto ou votos, como acionista, o voto de qualidade para o desempate, que será proferido no interesse da Sociedade.		Mantido sem alteração
Parágrafo Terceiro - As deliberações da Assembléia Geral, ressalvadas as exceções previstas na legislação, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, cabendo somente às ações ordinárias o direito de voto.		Mantido sem alteração
Artigo 24 - O edital de convocação será publicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para a primeira convocação, e de 8 (oito) dias para a segunda convocação. O edital de segunda convocação somente poderá ser publicado caso a Assembléia Geral não tenha se realizado na primeira convocação		Mantido sem alteração
Artigo 25 - Somente poderão tomar parte na Assembléia Geral os acionistas cujas ações escriturais estejam inscritas em seu nome nos livros da instituição depositária.		Mantido sem alteração
Artigo 26 - Os acionistas poderão ser representados nas Assembléias Gerais por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, desde que estes comprovem sua qualidade por meio de mandato com poderes especiais, cujo instrumento procuratório ficará arquivado na Sociedade.		Mantido sem alteração
<b>CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS</b>		
Artigo 27 - O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras previstas em lei.		Mantido sem alteração

**Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019**

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
Artigo 28 - Os balanços serão anuais, podendo, no entanto, o Conselho de Administração autorizar levantá-los semestralmente ou ainda, a qualquer tempo que julgar conveniente aos interesses da Sociedade.		Mantido sem alteração
Parágrafo Primeiro - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras: I - balanço patrimonial; II - demonstração das mutações do patrimônio líquido; III - demonstração do resultado do exercício; IV – demonstrações do fluxo de caixa; V – demonstração do Valor Agregado.		Mantido sem alteração
Parágrafo Segundo - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei.		Mantido sem alteração
Parágrafo Terceiro - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, sucessivamente e na seguinte ordem: Parágrafo Terceiro - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, sucessivamente e na seguinte ordem:		Mantido sem alteração

**Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019**

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
<p>Artigo 29 - Aos resultados verificados no exercício, após as deduções previstas no Artigo anterior do Estatuto Social será dada a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do Capital Social; b) Importância, quando necessária e devidamente justificada pelos administradores, para a formação de reservas para contingências; c) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendos às ações. d) Quanto a saldo que se verificar, depois das deduções acima, o Conselho de Administração poderá propor, e a Assembléia deliberar, distribuição aos acionistas ou sua destinação para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro, para amortização de dívidas. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder ao valor do Capital Social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.</p>		Mantido sem alteração
<p>Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, por ela previamente aprovada.</p>		Mantido sem alteração
<p>Parágrafo Segundo - O montante dos juros a título de remuneração do capital próprio que vier a ser pago por opção da Sociedade, em espécie ou "in natura", total ou parcialmente, na forma do Artigo 9º da lei nº 9249 de 26.12.95 poderá ser, a critério do Conselho de Administração, deduzido do valor do dividendo obrigatório de que trata a letra "c" deste artigo, conforme faculta o § 7º do Artigo 9º da referida lei.</p>		Mantido sem alteração
<p>Artigo 30 - Os dividendos serão pagos dentro de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da ata da Assembléia Geral que decidiu sobre sua distribuição.</p>		Mantido sem alteração
<p>Artigo 31 - Os dividendos não reclamados dentro de três anos, a contar do anúncio de seu pagamento, prescreverão em favor da Sociedade.</p>		Mantido sem alteração

**Alterações Estatuto Social METALÚRGICA RIOSULENSE S/A - AGO/E 2019**

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
Artigo 32 - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço semestral, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas obedecidos os limites legais.		Mantido sem alteração
<b>CAPÍTULO VII - DOS ACORDOS DE ACIONISTAS</b>		
Artigo 33 - Os acordos de Acionistas, devidamente registrados na sede da Companhia, que disciplinem a compra e venda de ações, o direito de preferência na sua compra, o exercício do direito a voto ou do poder de controle, serão sempre observados pela Companhia, cabendo à respectiva administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às disposições destes acordos e ao Presidente da Assembléia Geral abster-se de computar votos lançados em discordância com os mesmos.		Mantido sem alteração
Parágrafo Único - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia, observado o Artigo 118 da Lei 6.404/76, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.303/01.		Mantido sem alteração
<b>CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS</b>		
Artigo 34 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei.		Mantido sem alteração
Parágrafo Único - Compete à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.		Mantido sem alteração
Artigo 35 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos por analogia, e com a aplicação dos dispositivos da lei 6.404/76 e demais normas legais pertinentes.		Mantido sem alteração